

## Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras

Neolanguage and “neutral language”: inclusive potentialities and/or conservative reactions

Neolenguaje y “lenguaje neutro”: potencialidades inclusivas y/o reacciones conservadoras

Recebido: 04/08/2022 | Revisado: 19/08/2022 | Aceito: 23/08/2022 | Publicado: 01/09/2022

**Ursula Boreal Lopes Brevilheri**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5867-7901>

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

E-mail: [urse.brevilheri@gmail.com](mailto:urse.brevilheri@gmail.com)

**Fabio Lanza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

E-mail: [lanza1975@gmail.com](mailto:lanza1975@gmail.com)

**May Romeiro Sartorelli**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6089-0605>

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

E-mail: [mayrmrx@gmail.com](mailto:mayrmrx@gmail.com)

### Resumo

Retomando a compreensão de “Neolinguagem”, a partir dos movimentos, ações, contribuições e lutas de diferentes ativistas da causa não-binária no Brasil, este estudo sociológico busca ampliar as discussões acerca do lugar onde o debate da chamada “linguagem inclusiva de gênero”, “linguagem neutra” ou “linguagem não-binária” se insere em diferentes instâncias do debate político e contexto social brasileiro, especialmente quando atravessado pela questão da pluralidade no ambiente escolar – tido como um potencial espaço de inclusão e/ou (re)produção de violências contra corpos não normativos –, do respeito à identificação/expressão de gênero, da reação e apropriação de pautas por movimentos conservadores-religiosos e da construção de políticas públicas. A partir da pesquisa documental eletrônica que gerou o mapeamento de 26 (vinte seis) Projetos de Lei, entre 2020 e 2021, vinculados a uma agenda conservadora anti-gênero nacional de “proibição da linguagem neutra”, traçam-se paralelos entre tais construções discursivas e os argumentos utilizados em torno de uma suposta “Ideologia de Gênero”. Como resultados foi possível perceber como diferentes grupos significam a Neolinguagem como tecnologia de gênero e pauta política, ao quanto que representantes políticos de diferentes espaços legislativos estabeleceram suas ações, enquanto projetos de lei, inseridos nas reconfigurações dos cenários discursivos de agendas reacionárias internacionais, além de possibilitar a reflexão sobre os motivos para a assunção do espaço escolar como um espaço-alvo para tais agendas.

**Palavras-chave:** Sociologia; Neolinguagem; Linguagem neutra, Educação; Ideologia de gênero.

### Abstract

Resuming the understanding of "Neolanguage", from the movements, actions, contributions and struggles of different activists of the non-binary cause in Brazil, this sociological study seeks to broaden the discussions about the place where the debate of the so-called "gender inclusive language", "neutral language" or "non-binary language" is inserted in different instances of the political debate and Brazilian social context, especially when crossed by the issue of plurality in the school environment - seen as a potential space for inclusion and/or (re)production of violence against non-normative bodies –, respect for gender identification/expression, reaction and appropriation of agendas by conservative-religious movements and the construction of public policies. From the electronic documentary research that generated the mapping of 26 (twenty six) Bills, between 2020 and 2021, linked to a conservative national anti-gender agenda of “prohibition of neutral language”, parallels are drawn between such discursive constructions. and the arguments used around a supposed “Gender Ideology”. As a result, it was possible to perceive how different groups signify Neolanguage as a gender technology and political agenda, to the extent that political representatives from different legislative spaces established their actions, as bills, inserted in the reconfigurations of the discursive scenarios of international reactionary agendas, in addition to enable reflection on the reasons for assuming the school space as a target space for such agendas.

**Keywords:** Sociology; Neolanguage; Neutral language; Education; Gender ideology.

### Resumen

Retomando la comprensión de "Neolenguaje", a partir de los movimientos, acciones, aportes y luchas de diferentes activistas de la causa no binaria en Brasil, este estudio sociológico busca ampliar las discusiones sobre el lugar donde

se desarrolla el debate del llamado "lenguaje inclusivo de género", "lenguaje neutro" o "lenguaje no binario" se inserta en diferentes instancias del debate político y del contexto social brasileño, especialmente cuando es atravesado por la cuestión de la pluralidad en el ambiente escolar - visto como un espacio potencial para la inclusión y /o (re)producción de violencia contra cuerpos no normativos –, respeto a la identificación/expresión de género, reacción y apropiación de agendas por parte de movimientos conservadores-religiosos y construcción de políticas públicas. A partir de la investigación documental electrónica que generó el mapeo de 26 (veintiséis) Proyectos de Ley, entre 2020 y 2021, vinculados a una agenda nacional conservadora antigénero de “prohibición del lenguaje neutral”, se trazan paralelismos entre tales construcciones discursivas y los argumentos utilizado en torno a una supuesta “ideología de género”. Como resultado, fue posible percibir cómo diferentes grupos significan el Neolenguaje como una tecnología de género y agenda política, en la medida en que representantes políticos de distintos espacios legislativos establecieron sus acciones, a modo de proyectos de ley, insertos en las reconfiguraciones de los escenarios discursivos de los debates agendas reaccionarias internacionales, además de posibilitar la reflexión sobre las razones para asumir el espacio escolar como espacio meta de dichas agendas.

**Palabras clave:** Sociología; Neolenguaje; Lenguaje neutro; Educación; Ideología de género.

## 1. Introdução

Em sua discussão sobre cisnorma, Brune Bonassi (2017), autore não-binária, descreve um movimento na literatura das Ciências Humanas, na segunda década do século XXI, que aponta para a discussão de uma série de acordos societários em detrimento de corpos não-cisgênero enquanto modelo de exclusão de corpos trans (transgêneros, transexuais e travestis, ou *transvestigêneros*) relegando-os à posição de biopoliticamente deslegitimados (Foucault, 2014). Contudo, com a apropriação do conhecimento científico pelas pessoas trans e travestis (a partir, inclusive, de Ações Afirmativas e ativismos<sup>1</sup>, que culminaram em empoderamentos), tem-se os próprios sujeitos pensando sua realidade, e se entendendo enquanto agentes atives de transformação não só da sua vivência, mas de um possível contexto mais amplo quando se retoma e confronta a realidade social de discriminação e marginalização (De Jesus, 2012).

No século XXI há – nacional e internacionalmente - uma maior visibilidade das narrativas acerca de identidades que não se enquadram especificamente na lógica “homem-mulher”, com o surgimento da categoria política “não-binário”<sup>2</sup> – que representa, dentro do *guarda-chuva* das identidades trans, uma proposta de nomeação abrangente para toda identificação que não se descreve exclusivamente a partir de “mulher” ou “homem”, englobando uma gama de identidades<sup>3</sup> que em sua multiplicidade acabam sendo descritas pela jurista Isadora Balem (2020) como “infinitos gêneros”<sup>4</sup>.

A proposta deste trabalho se insere na descrição de uma das grandes pautas que acompanham a discussão sobre não-binariedade, a *Neolinguagem* (muitas vezes incluída em “linguagem neutra”, “linguagem não-binária”, “linguagem inclusiva de gênero”, “pronomes neutros”), compreendendo seu potencial de inclusão enquanto prática de valorização das diversidades de identidades e expressões de gênero.

---

<sup>1</sup> Entre inúmeros exemplos de práticas transfeministas e *anticistêmicas* (considerando a ideia de “*cistema*” como neologismo alusivo à cisnorma) optou-se por uma citação de Morgan Morgado, bibliotecária não-binária, em sua apresentação do livro “A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico” – uma coletânea de produções científicas de pessoas não-binárias publicada no ano de 2021. Essa opção se dá, sobretudo, por descrever de forma simples e até lúdica essa prática de resistência cotidiana contra o *cistema*, com a lente de uma vivência não-binária e emprego de Neolinguagem: “A necessidade de afirmar nossa existência como real e válida na sociedade é um esforço gritante de gargantas que estão cansadas de serem silenciadas. (...) Nós, ilustres desconhecidas, que povoamos este mundo de diversas formas, formatos, mantemos a bandeira NB (enby ou não-binária) levantada e pronta para ser chacoalhada para sinalizar um porto seguro para muitas pessoas como nós (...) para vivermos em paz e com saúde mental e física de enfrentar este mundo sem tantas complicações que nos sufocam lentamente.” (Morgado, 2021, p. 14-15)

<sup>2</sup> No sentido de corroborar com essa perspectiva, a produção textual a seguir adotou expressões e contribuições não binárias ao longo da escrita.

<sup>3</sup> Entre estas podemos pensar pessoas que rejeitam ou não se enquadram em um gênero específico ou na própria noção identidade de gênero, pessoas que fluem/flutuam entre identidades (não sendo, necessariamente, entre “homem” e “mulher”), que as combinam ou que subvertem em algum sentido a noção de rigidez e unicidade da identidade (permeando a não-binariedade por uma “poligeneridade”, por exemplo), que descrevem sua experiência a partir de categorias alternativas ou mesmo não relacionadas de nenhuma forma à “binariedade”, entre outras muitas possibilidades. Para conhecer mais gêneros/identidades/rótulos específicos dentro da não-binariedade, recomenda-se a “lista de identidades não-binárias”, do portal Orientando, disponível em: <<https://orientando.org/listas/lista-de-generos/>>

<sup>4</sup> Brune Bonassi, em discussão sobre a luta e entraves na garantia de direitos para pessoas não-binárias, disserta: “Imagino que essa seja a principal dificuldade de registrar um gênero não binário: somos pessoas que vivem em uma racionalidade que diz não ao binarismo sexual e seus efeitos científicos, econômicos, arquitetônicos, biológicos, psicológicos; e, ao mesmo tempo, precisamos usar da linguagem binária para negá-lo.” (Bonassi, 2021, p. 70)

Desta forma, foi apresentada uma discussão conceitual e central no estudo, retomando contribuições que trabalham com a pauta destas formas de linguagens, problematizando-as à luz de diferentes componentes das comunidades de ativistas e pessoas simpatizantes da causa de não-binários no Brasil.

Em seguida, se estabelece a conexão com a questão pedagógica-escolar, remontando as discussões sobre normatividades e suas violências, entre diálogo com contribuições que permitem pensar sobre a omissão em discutir determinadas questões no ambiente da escola, resultando em espaços de violência e perpetuação de homofobia e, por extensão, do cissexismo.

## 2. Metodologia

A partir de pesquisa eletrônica e documental para formulação do respectivo artigo, foi identificada o registro de diferentes projetos de lei que tramitam pelas Assembleias Legislativas estaduais, e nota-se potencial em seu uso enquanto fonte de pesquisa para análise dos embates que se constituem, e principalmente as narrativas que são utilizadas visando o favorecimento de certas perspectivas conservadoras-emergentes no pós-2018.

Acerca disso, escreve André Celard (2012), nas pesquisas com fonte documental, como é o caso quando se propõe analisar projetos de lei, é necessário analisar e compreender a partir de uma leitura crítica que perpassa diferentes dimensões, dentre elas o contexto histórico em que foi escrito. Neste tipo de investigação pode-se aprender exatamente sobre o contexto a partir do documento, como o que se propõe, apesar da discussão ser hodierna. Isso porque, de qualquer forma, os documentos revelam inclusive em sua redação, diversos aspectos destas mesmas matrizes discursivas que se pretende analisar.

Ainda, conforme May (2004), os documentos constituem leituras específicas das situações sociais, apreendendo certas particularidades mesmo de questões cotidianas. Seu uso neste estudo busca encontrar um pouco também destas decisões diárias que constituem o todo de um projeto político.

A pesquisa por meios digitais/eletrônicos permitiu a busca, mapeamento e acesso aos projetos de lei, ao quanto que também possibilitou o encontro com diferentes produções em formatos de texto e vídeo nos sites oficiais das Assembleias Legislativas, por exemplo, que podem ser essenciais na composição de certas retóricas e sua difusão.

Como forma de se aprofundar na extensão a emergente discussão, a pesquisa documental trouxe dados coletados que evidenciam as retóricas conservadoras e reacionárias na esfera política institucional brasileira, comparando as discursivas em torno de Projetos de Lei (PLs) enquadrados no escopo da “proibição da linguagem neutra” (com leituras, muitas vezes, incoerentes acerca de tais linguagens) com retóricas antigênero associadas ao dispositivo da “ideologia de gênero”. Para tanto, foram mapeados 26 PLs nas Assembleias Legislativas estaduais, de 18 unidades federativas e do Distrito Federal, no período de 2020 e 2021.

## 3. Resultados e Discussão sobre “Linguagem neutra” e porque “neolinguagem”

As discussões acerca do se convencionou chamar “linguagem neutra”, ou nos termos do pesquisador Iran Melo em sua comunicação durante *live* no canal no *YouTube* da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística)<sup>5</sup> “linguagem não-binária”, ou ainda “Neolinguagem” (como reivindicado por *algumes*<sup>6</sup> ativistas *não-binários*), remontam justamente a construção de tais terminologias não só no escopo das discussões acadêmicas, mas também em seus usos no debate inserido no

---

<sup>5</sup> Transmissão ao vivo “Linguagem não-binária: potências, limites e caracterização” da ABRALIN, realizada em 31 de Março de 2021, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aTY0B12uf2Q>>

<sup>6</sup> Tratando-se da coerência com o espaço onde este estudo se insere, adota-se a Neolinguagem como alternativa para englobar diversidade de gêneros (ou melhor, de “conjuntos de linguagem”) e também a elipse do gênero (em caso de desconhecimento, geralmente) e generalizações. Nos termos do “Sistema APF” (mais a frente explicado), o conjunto utilizado será *e/elu/e* – ou seja, artigo “e”, pronome “elu”, e flexão/final de palavra -e (como em “todes”) –, enquanto aparente conjunto mais utilizado pela comunidade brasileira para este fim.

contexto político, institucional ou não.

Há motivos especiais para a supressão do termo “linguagem neutra” em dados momentos da escrita deste texto. Tais motivos partem de um compromisso com a coerência deste estudo e do espaço em que se coloca, como forma de denotar seu significado dentro das escritas não-binárias e transfeministas brasileiras e latino-americanas – contextos nos quais se inserem:

1) A total desconfiância em uma perspectiva de possível “neutralidade” na produção de conhecimento, como discutido pela filósofa e zoóloga Donna Haraway (1995). Desmascarar as falácias da neutralidade científica – contraposta à subjetividade, à ação histórica coletiva, ao *afeto*\* –, enquanto modelo emancipatório em uma crítica e prática (trans)feminista, passa pela questão da linguagem, possibilitando reconhecimento de grande potencial nestas práticas. A Neolinguagem nada tem de neutra pois, assim como todos os aspectos da vida social, é política, localizada e galgada na soma das lutas e *afetos*\*, do que Sawaia (2009) descreve enquanto união dos esforços, corpos e mentes, para constituição do “sujeito político coletivo”.

2) A percepção de uma certa confusão conceitual que se reproduz acerca da não-binariedade e, por sequência, da Neolinguagem. Trata-se da compreensão e discursos que apresentam a não-binariedade como um “terceiro lugar” ante a lógica binária/dual de gênero. Tal ideia reduz a questão de uma diversidade ampla de gêneros para além da binariedade – o que se encontra na proposta não-binária – para uma espécie de “*trinarismo*”, que recria as lógicas normativas apenas adicionando mais um elemento em sua composição. A identificação não-binária, ao contrário, pressupõe um não-lugar, uma negação de um espaço socialmente legitimado. Ela não reivindica uma terceira posição no sistema de gênero (ou segunda, ou primeira, ou quarta, ou quinta, ou décima, que seja), mas o critica enquanto redutor a partir de uma suposta lógica quantificável de identidades.

Nesse sentido, identifica-se um paralelo com a crítica de Judith Butler (2018), autora *queer*, acerca da problemática da reprodução do binarismo compulsório, presente em certos discursos feministas, que desconsidera e invisibiliza comportamentos insurgentes inadequados ao modelo bipolar.

Tal percepção – e crítica – a essa ideia tem suas raízes epistemológicas/ontológicas mas, sobretudo, empíricas, pelo encontro com as infinitas possibilidades de identificação, e pela diversidade, subjetividade e particularidade por trás de cada identidade coletivamente construída e relatada.

Compreendendo que a questão está muito além de identificar uma “terceira categoria”, somando-a ao sistema binário, há que se entender também que a Neolinguagem acompanha tal lógica, de maneira que não pode ser pensada simplesmente como prática estrita de pluralização<sup>7</sup>, mas contemplação das diferentes possibilidades<sup>8</sup> de expressão<sup>9</sup>.

Os *conjuntos de linguagem* reivindicados por alguém são parte de sua expressão de gênero porque configuram um aspecto da forma como ela apresenta a si própria – a partir da sua leitura ontológica e cosmológica – e, por extensão, como ela se sente confortável sendo tratada nas práticas sociais.

A Neolinguagem não se ocupa simplesmente de “neutralizar” a linguagem, ou em outros termos, conferir-lhes novos elementos, expandir-lhes. O que se coloca é uma lógica da ruptura com estruturas da cisnormatividade, ou seja, um literal rompimento com o sistema moderno colonialmente construído (Lugones, 2008).

3) A existência, entre as contribuições de diferentes ativistas não-binários<sup>10</sup>, de um conceito, o qual é aqui apresentado: *Neolinguagem*, que consiste em um termo amplo contemplando a perspectiva de novas formas de linguagem não associadas à norma padrão. Este conceito abrange desde a questão do uso de alternativas e formas de englobar diferentes

---

<sup>7</sup> No sentido de abarcar pessoas de todas as identidades no discurso generalista, como no exemplo do uso de “todes” em falas junto a grupos de pessoas de diferentes gênero, como forma de evitar a marcação de determinados *conjuntos* e mesmo do “masculino universal”.

<sup>8</sup> Ou seja, de diferentes *conjuntos de linguagem*, o que será tratado de forma mais aprofundada em momento oportuno deste texto.

<sup>9</sup> Asseguradas, inclusive, pelas perspectivas dos Direitos Humanos de “direito de expressão” – muitas vezes valorizado (e até mal interpretado) em certas discursivas reacionárias.

<sup>10</sup> Que podem ser encontradas em fóruns online que discutem a questão desde os primeiros anos da década de 2010 até perfis mais atuais, especialmente em redes sociais como o Instagram.

gêneros (*todes*, *menines*, etc) – enquanto aspecto que mais se tem popularizado –, até a infinidade de “conjuntos de linguagem” e o reconhecimento deles enquanto elementos de expressão de gênero tão essenciais quanto qualquer outro.

Por mais que não apareça desta forma em uma parte dos textos que abordam a temática, a defesa coerente da pauta da Neolinguagem envolve a compreensão deste aspecto duo que se apresenta, não legitimando somente um deles em detrimento do outro, mas compreendendo ambos como elementos que constituem o todo da discussão sobre inclusão de formas de linguagem que contemplem as diversidades. De forma objetiva, seria incoerente a ação ativa de defesa de uma linguagem que “abarcasse todos os gêneros” sem que a mesma incluísse o respeito à(s) forma(s) que cada pessoa reivindica no tratamento de si, considerando a diversidade de gêneros e, por conseguinte, de *conjuntos de linguagem*.

O portal Orientando, um dos principais sites que apresentam a não-binariedade de forma ampla e ao mesmo tempo sintetizada, conceitua Neolinguagem enquanto

algo que engloba todos os gêneros gramaticais não aceitos na norma padrão da língua portuguesa, e isso inclui tanto o que usa @ como um artigo e como final de palavra (“@ *menin@*”) quanto o que usa *elu* como um pronome e a letra E como final de palavra (“*elu é não-binárie*”).<sup>11</sup>

Apesar de os exemplos citados – provavelmente dispostos para demonstrar a amplitude da Neolinguagem, reivindicando até as formas gráficas “não pronunciáveis” (como em *menin@*), muitas vezes apartadas da discussão<sup>12</sup> – serem relativamente difundidos para além da comunidade, a mesma página, explicando sobre o objetivo duo da Neolinguagem, dispõe que “[é] um equívoco acreditar que ambos os objetivos possam ser contemplados por apenas um único conjunto, ou ‘gênero gramatical’”, de forma a denotar justamente a defesa de uma amplitude de *conjuntos de linguagem*.

Nesse sentido, entende-se por “conjuntos de linguagem” os recursos auto reivindicados por alguém (independentemente de sua identidade ou modalidade de gênero) para falar de si mesma ou para que outras pessoas se refiram a ela. Trata-se do que tem se convencionado chamar de “pronomes”. Porém, não se resume a isso, referindo-se também a extensão de artigos e flexões – que aparecem, por exemplo, em adjetivos – ou, como aparece em alguns textos, “final de palavra” ou “terminação”.

Como forma de denotar o(s) conjunto(s)<sup>13</sup> utilizado(s) por uma pessoa em específico, a própria comunidade não-binária brasileira<sup>14</sup> criou o “Sistema APF”, que por vezes aparece como “Sistema Artigo/Pronome/Flexão” e em outras como “Sistema Artigo/Pronome/Final de Palavra”, ou ainda como “Sistema APT” – “Artigo/Pronome/Terminação”. Trata-se de uma indicativa que funciona tanto de maneira gráfica/visual (\*artigo\*/\*pronome\*/\*flexão\*, como em *a/ela/a*) quanto falada (“eu utilizo artigo *a*, pronome *ela* e flexão *-a*”), de forma que sua inserção nas apresentações e “biografias” nas redes sociais tem se popularizado.

Um ponto relevante a ser explicitado é a forma como tal “Sistema” permite uma gama de variações de expressão muito mais ampla que simplesmente a prática de indicar seus pronomes. Isso ocorre porque, havendo a indicação de artigo e final de palavra, qualquer pessoa pode utilizar, por exemplo, um artigo que não seja comumente associado ao pronome que utiliza. Este é o caso de pessoas que utilizam pronome “*elu*” mas optam por um dos artigos “binários” (“*o*” ou “*a*”),

---

<sup>11</sup> Página “O Que é Neolinguagem?”, disponível em: <<https://orientando.org/o-que-e-neolinguagem/>>

<sup>12</sup> É possível encontrar diferentes manifestações em torno destes usos, desde seu pioneirismo enquanto manifestações de Neolinguagem, até quem considere que ficaram obsoletos (por “não serem legíveis”, pela popularização de neopronomes “pronunciáveis”) e também quem defenda seu uso em determinados contextos, aplicando pronúncias específicas ou entendendo-os como conjuntos gráficos – que não necessariamente precisam de uma pronúncia. A posição dos ativistas do portal Orientando é explícita enquanto defesa destas formas.

<sup>13</sup> Considerando inclusive que as pessoas podem ter mais de um conjunto, como é facilmente identificável dentre a comunidade não-binária.

<sup>14</sup> Nas palavras de ativista Oltiel teria sido Aster Sant’anna, uma das administradoras do portal Orientando, responsável pela idealização deste “sistema”, considerando as particularidades do português. É visto como uma adaptação do que se apresenta no contexto anglófono de dizer seu *subject pronoun* (pronome pessoal do caso reto, por exemplo: *he, she, they, fae, zie, tey*) seguido do object pronoun (pronome pessoal do caso oblíquo, exemplos: *him, her, them, faer, zim, ter*), que em seu contexto cabe muito bem, mas no contexto lusófono seria limitado pela importância de outros elementos não existentes no inglês.

combinando um neopronome com um artigo formalmente reconhecido (formando conjuntos como a/elu/a ou o/elu/o). Com isso, pode-se dizer que, com o aprofundamento das discussões acerca da Neolinguagem, mais possibilidades parecem ser descobertas/criadas, de forma que não se trata de disposições fixas, mas uma demanda/discussão que precisa constantemente ser reavaliada na medida da necessidade de expressão das pessoas.

Neste sentido, pode-se ainda observar essas discussões em pesquisas de outras pessoas trans, entre as quais cita-se Guilherme Calixto Rezende e Caru Costa Brandi que, em menção a Neolinguagem/“linguagem neutra”, descrevem-na como “uma estratégia epistemológica que desafia os pressupostos do cissexismo e contribui para a *construção simbólica de outras possibilidades de gênero*” (2021, p. 231, grifo nosso). Essa compreensão sobre “outras possibilidades de gênero” (ênfase no plural) precisa estender-se à diversidade de conjuntos de linguagem, sob o risco de tornar-se vazia ou, em alguma outra instância, “*trinarista*”.

Desta forma, considerando a conceituação a partir de tais reivindicações, tomam-se algumas perspectivas encontradas por meio de ferramentas de busca científica, de forma a denotar as críticas elencadas:

Quando Lau (2017) apropria-se de “linguagem neutra” – mesmo que inicialmente colocando-a entre aspas (linguagem “neutra”) –, sua discussão problematiza a perspectiva de uma língua portuguesa aprisionada por “caixinhas binárias”, demonstrando como, por exemplo, utilizamos muito comumente o artigo definido antes de substantivos para indicar qual o gênero gramatical associado a tal termo (por exemplo, *a* cadeira, *o* armário, *a* criança).

Contudo, por mais que sua análise seja essencial para compreender o processo de representação que se configura nos usos de tal linguagem, o autor esbarra em algumas limitações, como a de não considerar a existência de um tipo de “neutralidade” que se faz presente na norma culta da língua: a sintaxe neutra<sup>15</sup>. Desta maneira, Lau (2017) acaba por limitar a discussão em torno de um sistema de neopronome (isso é, uma proposta de pronome pessoal que transcenda o “ele” ou “ela”, no caso, “elu”) e novas flexões para palavras genericadas por sua terminação/desinência (como no caso de “todas” /” todos” que, conforme a perspectiva apontada, conduzem a “todes”).

O ponto é que Lau (2017) não comete equívoco ao entender o uso e disseminação de tal “linguagem neutra” como impulsionador de visibilidade de realidades não-binárias, mas sua análise acaba por se limitar a apenas um aspecto do que propõe a Neolinguagem, não compreendendo-a de forma ampla.

Da mesma forma, Covas e Bergamini parecem não contemplar o aspecto amplo da discussão, conceituando a “linguagem neutra” como “um termo designado para promover uma linguagem que não marca gênero algum” (2021, p. 54900), o que não está errado, porém incompleto. Es autories chegam inclusive a dispor diferentes “sistemas”<sup>16</sup>, mas apenas com a finalidade da não marcação de gênero, o que pode ser interpretado como um aspecto de diversidade de conjuntos de linguagem.

Nesse sentido, cabe ressaltar que este estudo em Ciências Sociais, como qualquer outro, não pretende esvaziar as possibilidades infinitas do complexo mundo social ou do recorte em que se insere, mas conforme Weber (2001), apresenta um fragmento da realidade apreendido por uma perspectiva científica. Ainda, se vincula às discussões antropológicas que questionam justamente a quem a pertence a voz e a autoridade na produção, recorrendo não só às falas e publicações de representantes da luta não-binária em suas manifestações sobre sua Neolinguagem, mas suas leituras, comentários, revisões e críticas sobre o presente trabalho antes mesmo de sua apresentação pública.

Tal movimento epistemológico não visa a destituição de seu aspecto científico, mas releva o que já vem sendo discutido dentro das próprias Ciências Sociais, por exemplo, quando Ingold (2019) questiona em que lugar colocamos nesses

---

<sup>15</sup> Por exemplo: o uso de “pessoas” como forma de não marcar gênero, concordando com o “feminino”. Esse recurso, apesar de ter seu uso defendido por algumas ativistas não-binárias, é colocado como limitado e não suficiente para a contemplação coerente das diversidades.

<sup>16</sup> Por exemplo, cita-se o “Sistema ILU” que, pela forma descrita pelas autories, aqui seria descrito como o conjunto (le/ilu/e), o “Sistema ELU” que seria (le/elu/e) e o “Sistema EL” que seria representado como (le/el/e).

interlocutórias e até que ponto levamos suas considerações a sério. Não se trata de um mero experimento de deslocamento do poder de fala, mas uma prática que considera como historicamente se construiu o lugar da “autorização discursiva, e como corpos lançados além da normatividade raramente tiveram oportunidade de discorrer sobre suas questões, mesmo que diretamente vinculadas às suas experiências e vivências.

Desta maneira, pela contribuição de *Du Flor* de Albuquerque Maranhão (2014), antropóloga não-binária, é possível pensar uma etnografia virtual, que apreenda, através das trocas no contexto cibernético, parte da realidade que se revela na ampla discussão sobre a temática. Isso é representado pela perspectiva de autora sobre como elementos “online” podem revelar práticas “off-line”. O próprio Castells (2015) descreve as redes sociais como a atividade mais importante exercida na internet, considerando inclusive o potencial lugar de trocas e liberdades, que conforme a observação de Balem (2020) deram lugar a constituição de comunidades de pessoas não-binárias.

Pela inserção em diferentes fóruns brasileiros e movimentos organizados de pessoas não-binárias na atualidade se constrói uma análise sobre quais questões estão no âmago das discussões sobre linguagem neutra e Neolinguagem. Para além de revisão da produção virtualmente publicada, propõe-se uma observação que não se limita à participação enquanto acompanhadora dos processos sociais, mas de atuação ativa no debate de consolidação de determinadas categorias e perspectivas demonstrada, por exemplo, na viabilização de diferentes espaços, em conjunto com outros pares, visando o diálogo com diferentes segmentos. Estes espaços incluem desde cursos, rodas de conversa e assessorias para empresas e seus corpos de funcionários<sup>17</sup>, até debates com ativistas da causa e pessoas acadêmicas interessadas nas discussões<sup>18</sup>, além de participação em transmissões ao vivo<sup>19</sup>, e diálogos em grupos e fóruns nacionais e internacionais<sup>20</sup>.

### 3.1 Resultados e Discussão sobre Escola: possibilidades, omissões e (re)ação conservadora

Em sua crítica às representações da diversidade de sexualidades e identidades de gênero no âmbito da Educação, Dinis (2008) ressalta a necessidade da construção/apropriação de “novas formas do uso da linguagem que possam produzir resistência a padrões sexistas ou homofóbicos” (p. 488). Essa preocupação está galgada justamente em sua concepção sobre como os ambientes acadêmico e escolar ainda são permeados por uma série de questões que reproduzem tais valores opressivos contra corpos não normativos.

Isso pode ser pensando, ainda, a partir da perspectiva de Dyrell (1996) de uma escola como espaço “sociocultural”, ambiente da ampla diversidade de sujeitos, um esquema complexo de “conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos” (1996, p. 2). Seria ainda um espaço singular de embate entre a recolocação de antigas práticas/valores e a renovação e criação de novas possibilidades, em um processo em que não há vitória definitiva de nenhum dos lados.

Tal escola plural, no contexto da cisnormatividade e cisgêneridade compulsória<sup>21</sup> (Bagagli, 2013, 2016), revela seu

---

<sup>17</sup> Podemos citar o Curso de Introdução à Neolinguagem e Linguagem Neutra, realizado de 12 a 20 de junho de 2021, com módulos iniciais e específicos, sendo estes “Ativismo e Ação Política em Favor da Neolinguagem”, “Inclusão e Uso da Neolinguagem no Atendimento ao Público” e “Neolinguagem e sua Aplicação no Ambiente Acadêmico”.

<sup>18</sup> Por exemplo, exposição em aula no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 3 de Dezembro de 2021, com a temática “Linguagem Inclusiva de Gênero”.

<sup>19</sup> Como as diversas *lives* organizadas junto do Coletivo Trans Não-Binária. Disponíveis em: <[instagram.com/transnaobinarie](https://www.instagram.com/transnaobinarie)>.

<sup>20</sup> A exemplo disso, pode-se citar participação e exposição no fórum da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), na data de 4 de Agosto de 2021, abordando especificamente violações vinculadas ao projeto da dita “proibição da linguagem neutra”.

<sup>21</sup> A exemplo disso, pode-se citar participação e exposição no fórum da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), na data de 4 de Agosto de 2021, abordando especificamente violações vinculadas ao projeto da dita “proibição da linguagem neutra”.

<sup>21</sup> A autora transfeminista Beatriz Pagliarini Bagagli (2016) se apropria destas categorias analíticas como forma de compreender a patologização das identidades transgênero, em um esquema social de invalidação e repressão de tais identidades. Ela escreve ainda como “[a] emergência do discurso transfeminista faz irromper o *non-sens* do gênero como o até então impensado cisgênero. A alteridade em relação ao terceiro sexo é estabelecida através da passagem pelo *non-sens* do gênero que é trabalhada politicamente. A partir deste irrompimento, se torna possível a crítica política da matriz cisgênera, que estabiliza o gênero através da cisnormatividade.” (p. 23)

potencial de reprodução não só dos valores que sustentam tais ideários, mas das próprias práticas de repressão sexual e identitária. Se, conforme Dinis (2011), a omissão no tratamento e (não) abordagem da diversidade para além do padrão hétero-cisgênero na escola já age com efeito ativo contra pessoas não enquadradas neste modelo, há que se pensar no potencial deste espaço de criar novas expressões de cisnormatividade e violência contra pessoas *não cis*. Considerando ainda o aspecto do binarismo compulsório da *cisnorma* (Bonassi, 2017), conjectura-se o quanto isso afeta os próprios corpos não-binários.

Freire (1992) registrou, em sua *Pedagogia da Esperança*, a preocupação em adequar a linguagem que utilizava – deixando a suposição de que o uso de “homens” e do dito masculino universal abranjeria a homens e mulheres. Seu movimento é análogo a este que se produz de busca de uma linguagem que seja inclusiva a todas as pessoas. O próprio autor destaca, nesse sentido, como tal adaptação na linguagem pode até não mudar o mundo de forma radical, mas que, sem dúvidas, faz parte do processo de mudança.

Contudo, para além desta contribuição de Freire, há que se pensar na radicalidade com que se produzem as violações contra corpos não-cisgênero mesmo no nível da linguagem – contrapondo a ideia de que essas adaptações seriam pequenas ante a um “verdadeiro processo de mudança”. Para alguns sujeitos, especialmente àquelas a quem é negado o próprio direito a referir-se a si próprias da forma mais confortável, tais adaptações podem se tornar determinantes, ou seja, “verdadeiros processos de mudança”.

Para exemplificar, o desrespeito às opções de conjuntos de linguagem de uma certa pessoa, tratando-a de forma incorreta<sup>22</sup>, é muitas vezes banalizado, como se não fosse fator de violência e impulsionasse a evasão escolar de corpos não-cisgênero, fortemente observada em nosso contexto<sup>23</sup>. Sendo tal realidade radicalmente violenta, não seria possível pensar essas ações enquanto radicalmente resistentes? Seriam verdadeiramente radicais por questionar a lógica binária compulsória imposta pela *cisnorma*? (Bonassi, 2017)

Chamar uma mulher trans (que, provavelmente, utiliza o conjunto *a/ela/a*) no dito “*masculino*” (conjunto *o/ele/o*; por exemplo, chamando-a de “senhor”, “menino”, utilizando pronome “ele” para se referir a ela) pode ser tão violento quanto chamar uma pessoa que utilize o conjunto *e/elu/e* (menine, amigue, senhore) por *a/ela/a* ou *o/ele/o*. Em ambos os casos, há uma desconsideração da identidade e expressão desta pessoa, um desrespeito à sua autonomia.

Nesse sentido, os conjuntos de linguagem reivindicados por alguém poderiam até mesmo compor parte do “processo externalizador” descrito por Dan Kaio Lemos (2020), antropólogo e ativista trans, em sua etnografia deste processo e tecnologia de gênero. Apesar de não se vincularem necessariamente à intervenção de modificações corporais/visuais, os conjuntos de linguagem se conectam com as subjetividades que permeiam a construção da identificação e da performatividade vinculada às auto-percepções. Trata-se de um recurso de expressão diretamente relacionado ao “colocar para fora o que já é vivido e sentido por dentro” (2020, p.21) como pensa o próprio Lemos acerca deste “processo”.

Freire (2002), na *Pedagogia da Autonomia*, relembra como a autonomia e dignidade dos estudantes devem ser respeitadas com caráter ético, não inserindo-se na ideia de favor. Da mesma forma, o reconhecimento da importância dos conjuntos de linguagem se traduz em um respeito justamente a essa autonomia. Um professor não está unicamente sendo “mal educado” ou algo análogo por não respeitar os conjuntos de sue(s) estudantes(s), mas transgredindo o respeito à(s) sua(s) identidade(s) e subjetividades, negando-lhe(s) a externalização de quem se é(são) – que, em geral, não é negada a pessoas cisgênero.

É parte da constituição da escola acolher conflitos próprios aos indivíduos nela reunidos e à sociedade em que ela se insere (Galvão, 2011) mas, como descreve Paul B. Preciado (Preciado & Marcondes, 2018), autor *queer*, não há quem defenda

---

<sup>22</sup> Muitas vezes, inclusive, assumindo um determinado conjunto a partir de uma leitura cisnormativa de “qual provavelmente seria o gênero” da pessoa com quem se fala.

<sup>23</sup> Conforme nota da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), acerca do acesso de pessoas trans e travestis ao ensino formal, “estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior.”



a *criança queer*, aquela que existe para além da norma sexual e de gênero. Ume educadore comprometide com a não reprodução deste modelo de violências implícitas e explícitas, e que intencione em suas práticas pedagógicas valorizar a autonomia e subjetividades políticas, não poderia deixar de lado um elemento tão fundamental da expressão de gênero e da dignidade humana.

Ainda, é possível tomar a contribuição de Junqueira (2018), que descreve o movimento que se estabelece, na primeira e segunda décadas dos anos 2000, em torno da chamada “ideologia de gênero”, de apropriação de mecanismos discursivos e sintagmas visando a cooptação moral a partir de mecanismos retóricos. O autor chama a atenção para a forma como uma agenda internacional antigênero se apropria de tais “slogans” e estratégias como via de combater supostos “dispositivos de indiferenciação sexual, de aniquilação da família natural ou de ameaça à ordem simbólica.”

Observa-se então que, entre os críticos reacionários da chamada linguagem neutra, há uma certa congruência com tais discursivas. Isso pode ser demonstrado na fala da deputada federal Carol de Toni, em vídeo publicado em sua página no Facebook<sup>24</sup> em que trata da proposição de Projeto de Lei de sua autoria visando a “proibição da linguagem neutra”. Neste vídeo, afirma: “a gente sabe que a ideologia de gênero é uma técnica da esquerda para destruir todos os valores, padrões da civilização ocidental. Só que agora essa Ideologia de Gênero *ela* (sic) dá um passo a mais para a destruição dos valores tradicionais”, referindo-se a “linguagem neutra”.

De acordo com a deputada, diante dos afrontes à hegemonia de seus valores (“aqui postos como “valores da civilização ocidental”), é necessária uma posição ativa de embate, sendo este outro aspecto que dialoga com a teoria de Junqueira (2018). Amparado na discussão do sociólogo James Hunter (1991), o autor entende que tal agenda internacional assume este lugar de “guerra cultural”, indo além ao afirmar que tais confrontos pareceriam conduzir a “uma reconfiguração dos cenários de disputa discursiva” (Junqueira, 2018, p. 451). Desta forma uma questão se levanta: a eleição da pauta da Neolinguagem como alvo seria uma dessas reconfigurações?

Como forma de expandir as compreensões sobre este processo em curso, foi elaborado um banco de dados que, ao longo de 2021 e 2022, mapeou 26 Projetos de Lei nas Assembleias Legislativas estaduais, em 18 unidades federativas e também no Distrito Federal, associados à perspectiva de “proibição da linguagem neutra”. Foi elaborado um arquivo temático a partir destes Projetos de Lei, considerando apenas os que pudessem, de alguma forma, ser acessados, na íntegra, pelos endereços oficiais das respectivas Assembleias Legislativas, até o final do ano de 2021.

Através do recurso da análise de conteúdo – com critérios definidos a priori conforme a proposta inicial e apresentados na Quadro 1 a seguir - foi possível extrair mais informações destes Projetos de Lei, comparando-os à luz da teoria de Junqueira (2018), como forma de entender tal processo em curso no âmbito nacional e como se relaciona com agendas internacionais antigênero. Por exemplo, um aspecto que é comum às percepções produzidas no processo de pesquisa documental e reflexão a partir da teoria é a forma como a Educação é eleita como campo de ação por grupos reacionários. Isso pode ser constatado quando se observa que em 24 dos 26 PLs se busca fazer valer na Escola (e nos discursos sobre ela) seus “avanços” conservadores. Isso foi constatado também por Junqueira (2018) ao tratar da Ideologia de Gênero. Conforme constata o autor,

Não por acaso, o campo da Educação está entre os que recebem atenção prioritária desses movimentos, e parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais. (Junqueira, 2018, p. 453)

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=387148585729318>>. Acesso em: 18 de Agosto de 2021.

Conforme Celard (2012), no processo de pesquisa documental, é necessário construir uma análise a partir de leituras críticas que perpassem diferentes dimensões. Nesse sentido, a proposta do mapeamento se pautou na ideia de identificar semelhanças entre os Projetos de Lei, e como essas semelhanças revelam uma instância de articulações anteriores à proposição de tais Projetos, que fica mais nítida quando tomamos uma observação ampla. Desta forma, dispõe-se o seguinte quadro referente aos PLs, antes de avançar para os aspectos de congruência entre tais proposições:

**Quadro 1** – Mapeamento de Projetos de Lei vinculados a perspectivas de “proibição da linguagem neutra” nas Assembleias Legislativas estaduais.

Nº	Número do Projeto de Lei	Estado	Proponente(s)	Partido(s) do(s) Proponente(s)
1.	387/2021	AM	Fausto Júnior	PRTB
2.	24020/2020	BA	Capitão Alden	PSL
3.	2164/2021	DF	José Gomes	PTB
4.	2303/2021	DF	Iolando Almeida de Souza	PSC
5.	561/2020	ES	Capitão Assunção	Patriota
6.	565/2020	ES	Rafael Favatto	Patriota
7.	6510/2021	GO	Delegado Humberto Teófilo	PSL
8.	51/2021	MG	Nikolas Ferreira	PRTB
9.	212/2021	MS	Marcio Fernandes	MDB
10.	51/2021	MT	Gilberto Cattani	PSL
11.	663/2020	PR	Homero Marchese e Alexandre Amaro	PROS e Republicanos
12.	3325/2020	RJ	Anderson Moraes, Márcio Gualberto e Danniell Librelon	PSL e Republicanos
13.	4898/2021	RJ	Alana Passos	PSL
14.	16/2021	RS	Ruy Irigaray	PSL
15.	40/2021	SC	Obadias Benones da Silva	AVANTE
16.	03575/2020	SC	Ana Campagnolo	PSL
17.	703/2020	SP	Tenente Coimbra	PSL
18.	531/2021	SP	Gil Diniz	Sem Partido
19.	5248/2020	SP	Guilherme Derrite	PP
20.	448/2020	AL	Antonio Albuquerque	PP
21.	2364/2021	PE	Clarissa Tercio	PSC
22.	294/2021	RN	Coronel Azevedo	PSC

23.	205/2021	MA	Mical Silva Damasceno	PTB
24.	2859/2021	PB	Wallber Virgolino da Silva Ferreira	Patriota
25.	948/2021	RO	Eyder Brasil	PSL
26.	5123/2021	RO	Marcos José Rocha dos Santos	PSL

Fonte: Autoria própria<sup>25</sup>.

É possível denotar, observando o Quadro, como tal agenda não atende às demandas de um único partido, apesar de alguns partidos aparecerem com mais frequência entre aqueles associados a essa agenda. As relações de similaridade, contudo, não se limitam à questão partidária, de forma que é possível identificar uma série de elementos (e até redações) absolutamente idênticos entre PLs propostos por membros de diferentes grupos. Ainda, cabe reiterar e observar como tais PLs se dividem entre diferentes estados e regiões do país.

Desta maneira, foram elencados abaixo a análise sobre semelhança entre os Projetos de Lei, especialmente na redação dos artigos. O seguinte quadro ilustra a relação de identificação com tais elementos, como via de explicitar as conexões que constituem entre si, enumerando os 26 Projetos de Lei, conforme o primeiro quadro, estabelece-se uma relação de 0 e 1 sobre a presença ou não de determinados elementos no conteúdo dos artigos de tais Projetos, sendo 0 “não constante” e 1 “constante”.

**Quadro 2** – Aspectos de conteúdo das justificativas dos Projetos de Lei.

Projeto de Lei	Critério A	Critério B	Critério C	Critério D	Critério E	Critério F	Critério G
1.	1	1	1	1	1	1	1
2.	1	1	0	0	0	0	1
3.	1	0	0	0	1	0	0
4.	1	1	1	0	1	0	0
5.	1	1	1	1	1	1	0
6.	1	1	0	1	0	1	0
7.	0	0	0	0	0	0	0
8.	1	1	0	1	1	1	0
9.	1	1	0	0	0	0	1
10.	1	1	1	1	1	0	0
11.	1	0	0	0	0	0	0
12.	1	0	1	1	1	1	0
13.	0	0	0	0	1	0	1
14.	1	1	1	1	1	1	1
15.	1	0	1	1	1	1	0
16.	1	1	1	1	1	1	1
17.	1	1	0	0	0	1	0
18.	1	0	0	0	1	0	0
19.	1	1	1	1	1	0	0
20.	1	1	0	1	1	0	0
21.	1	1	1	1	1	1	1
22.	1	1	0	1	1	1	0
23.	1	1	1	1	1	1	0
24.	1	1	0	1	0	0	0
25.	1	1	1	1	1	1	0
26.	1	1	1	1	1	1	0

Fonte: Autoria própria.

A partir da leitura deste Quadro é possível observar, em primeira instância, como os critérios de similaridade do

<sup>25</sup> Aqui, mantem-se um dos conjuntos de linguagem de preferência di autori, por questão de coerência, sendo representado por (-/ila/i).

discurso aparecem de forma heterogênea entre os diferentes Projetos de Lei. Apesar disso, parece plausível supor que alguns deles estabelecem relações específicas de similaridade entre si. A seguir, dispõe-se a explicação de cada um destes critérios.

Os “Critério A”, “Critério B” e “Critério C” partem da discussão já disposta anteriormente, sobre o espaço da Escola como ambiente-alvo de diferentes ofensivas reacionárias, não sendo diferente quando se pensa essa agenda em específico. “Critério A” é atendido quando, em algum dos artigos dos PLs, se dispõe acerca da “proibição da linguagem neutra em escolas públicas”, enquanto o “Critério B” trata da mesma proibição, mas somente quando há referência à educação privada. Nesse sentido, cabe ressaltar que alguns PLs não dispunham de forma explícita a proibição no âmbito de escolas particulares, mas a redação dos artigos vinculados ao “Critério A” possui elementos de ambiguidade que podem ser interpretados como tal (como, por exemplo, a ideia de “proibição da linguagem neutra” em todo âmbito de um estado). O “Critério B” só é tomado como “constante” em casos de descrição explícita.

Acerca do “Critério C”, trata-se da abrangência da “proibição” para o nível de materiais didáticos, visto que parte dos Projetos se debruça sobre a questão curricular, mas não explicita outros campos da proibição, como é o caso quando este critério é tido como constante.

O “Critério D” envolve uma das discursivas que aparece no escopo da “proibição da linguagem neutra” que não havia sido registrada em nenhum outro movimento dos setores relacionados a esse projeto, sendo elemento que pode ser pensado como parte do cenário de reconfiguração argumentativa e cooptação pela via dos “pânicos morais”. Trata-se do critério mais “técnico” entre os 7 elencados, visto que a forma como aparece nos Projetos de Lei parece seguir uma orientação única, dado que, neste ponto, as redações não apenas se assemelham em partes, mas integralmente, em diversos dos PLs onde consta os elementos deste critério. Trata-se da presença do seguinte artigo, que aparece com números diferentes e em posições diferentes na disposição dos PLs, mas com redações absolutamente semelhantes:

Fica garantido aos estudantes do estado do \_\_\_\_\_ o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com isso, tem-se uma tentativa tanto de dar um caráter técnico à “proibição da linguagem neutra” – argumentando em torno de uma suposta defesa de orientações nacionais e internacionais da Educação e língua portuguesa – quanto moral/maniqueísta, na produção de uma falsa dicotomia<sup>26</sup> entre a “língua portuguesa ensinada na escola” e a Neolinguagem.

Importa ainda destacar que na própria Base Nacional Comum Curricular, um dos principais documentos que rege o currículo escolar no Brasil, em suas disposições sobre as competências do ensino de Línguas, encontra-se a seguinte diretriz:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2017, p. 494)

Ainda, temos o “Critério E”, que se baseia na preocupação em estabelecer algum tipo de punição a agentes que transgridam a “proibição da linguagem neutra” nos termos de cada PL. Alguns dos Projetos de Lei visam a criação de mecanismos específicos de multas ou responsabilização legal, em uma argumentativa que muitas vezes se costura àquela disposta no parágrafo anterior, estabelecendo não só um suposto “direito dos estudantes” mas sanções contra aqueles que, com

---

<sup>26</sup> Tal dicotomia é falsa na medida em que as próprias bases da educação no Brasil dispõe, como já argumentado, da variabilidade e pluralidade dos usos da língua, e da importância de seu ensino como elemento de “enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.”

a aprovação de tais PLs, venham ainda a empregar o uso da Neolinguagem.

O “Critério F” diz respeito à proposição complementar de que caberia às Secretarias específicas dos estados empreender na valorização da “norma culta da língua portuguesa”. Tal elemento, assim como o presente no “Critério E”, parece se relacionar a uma extensão das ações da “proibição da linguagem neutra”, tanto num sentido de (re)legitimação destas narrativas – a partir da reafirmação de que a preocupação de quem propõe tais PLs seria com a “integridade” da língua, ou algo análogo – quanto de aparelhamento de diferentes órgãos de governo com vista o fortalecimento de tal projeto político.

Por último, o “Critério G” é dado como constante em projetos que explicitem uma preocupação em reforçar a “linguagem neutra” como algo “inexistente”, seja no âmbito da língua portuguesa, seja no escopo da deslegitimação da própria não-binariedade, argumentando uma relação com “infinitas possibilidades de gênero não existente”. Nesse sentido, grande parte dos PLs evocam tal retórica em suas justificativas, mas a forma como isso aparece nos próprios artigos (aqui analisados) também compõe o mecanismo discursivo que dá bases a esse projeto reacionário-conservador.

Por meio do diálogo com a teoria é possível compreender como tais projetos – ou tal “Projeto” – se inserem como reconfigurações dos cenários discursivos de agendas reacionárias internacionais, além de possibilitar a reflexão sobre os motivos para assunção do espaço escolar como um espaço-alvo para tais agendas.

#### **4. Considerações Finais**

A Neolinguagem se revela-se como tecnologia (de resistência) de gênero(s), não como questionador metafísico de uma ordem social pelo puro questionamento, mas como ferramenta de inclusão e consideração da pluralidade inegavelmente presente no ambiente escolar que, diante de múltiplas omissões, tende a reproduzir as violências normativas.

A pauta da Neolinguagem tornou-se, ao mesmo tempo, um elemento de luta por inclusão e anticisnormatividade e um alvo de discursivas conservadoras e reacionárias, associadas a agendas internacionais antigênero, cada qual de uma maneira muito diferente. A forma como grupos vinculados à política institucional se apropria das demandas de movimentos sociais demonstra um completo descompromisso com a factualidade no uso de seus dispositivos discursivos, de maneira que, certamente, é possível separar a “linguagem neutra” dos projetos de proibição e a Neolinguagem discutida, disseminada e reivindicada por diferentes ativistas não-binários.

Ainda assim, há muito mais a ser discutido com base na produção aqui registrada e na vasta diversidade de percepções produzidas no processo de pesquisa – que de longe não é esgotada, pois revela carecer de muita reflexão e análise. Os processos aqui descritos constituem o início de um trajeto de pesquisa onde ainda há muito a ser explorado, sempre considerando a coerência com as reivindicações e demandas dos movimentos que têm pautado essa discussão enquanto demanda legítima.

Em trabalhos futuros pretende-se caminhar por uma via que possibilite ampliar as compreensões sobre formas de linguagem mais inclusivas e expressões para além da cisnormatividade, e ainda explorar o caráter de projeto amplo que a perspectiva da “proibição da linguagem neutra” assume a partir de suas conexões explícitas e implícitas entre diferentes atores políticos, que podem ser percebidas de forma preliminar pelas aproximações e similaridades entre os Projetos de Lei analisados.

#### **Agradecimentos**

Agradecimento ao Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade Estadual de Londrina e ao apoio-fomento oriundos do CNPq e da Fundação Araucária.

## Referências

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2020). *Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans*. <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans>
- Bagagli, Beatriz Pagliarini. (2013). Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. *Revista Gênero*, 14 (1), 11-27.
- Bagagli, Beatriz Pagliarini. (2021). Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes. *Leitura*, 69, 55–68.
- Balem, Isadora Forgiarini. (2020). *Identidade de gênero não binária: da violência normativa ao direito à intimidade*. Porto Alegre: Lumen Juris.
- Bonassi, Brune Camillo. (2017). *Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*.
- Bonassi, Brune Camillo. (2021). Multiplicidade ontológica legal: alguns entraves na garantia de direitos fundamentais para pessoas não binárias. In Morgado, Morgan (org.). *A primavera não-binária: O protagonismo trans não-binária no fazer científico*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 61-76.
- Butler, Judith. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (orgs.). *A pesquisa quantitativa*. Petrópolis, 2012.
- Covas, Fabíola Sucasas Negrão & Bergamini, Lucas Martins. (2021). Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. *Brazilian Journal of Development*, 7 (6), 54892-54913.
- De Jesus, Jaqueline Gomes. (2012). Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In *Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH*. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA. 1-15.
- Dinis, Nilson Fernandes. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, Campinas, 29, 477-492.
- Dinis, Nilson Fernandes. (2011). Homofobia e Educação: Quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, 39, 39-50.
- Foucault, Michel. (2014). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, 5, 7-41.
- Hunter, James. (1991). *Culture wars: the struggle to define America*. Nova Iorque: Basic Books.
- Ingold, Tim. (2019). “Sobre levar os outros a sério”. In: Ingold, Tim. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Vozes.
- Junqueira, Rogério Diniz. (2018). *A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, 18 (43), 449-502.
- Lau, Héilton Diego. (2017). O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! In: *Simpósio Internacional em Educação Sexual*, 5.
- Lemos, Kaio Souza. (2020). *Processos externalizadores: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia UFC/UNILAB (PPGA), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Lugones, María. (2008). Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, 9, 73-102.
- Maranhão Filho, E. “Du Flor” Meinberg de Albuquerque. (2014). *(Re)des conectando gênero e religião-peregrinações e conversões trans\* e ex-trans\* em narrativas orais e do Facebook*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MAY, Tim. (2004). Pesquisa documental: escavações e evidências. In *Pesquisa social: questões, método e processo*. 3.ed. Ponto Alegre; Artmed.
- Morgado, Morgan. (2021) Apresentação. In: Morgado, Morgan (org.). *A primavera não-binária: O protagonismo trans não-binária no fazer científico*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora.
- Preciado, B.; Marcondes Nogueira, F. F. (2018). Quem defende a criança queer?. *Jangada: crítica | literatura | artes*, 1, 96–99.
- Vicente, Guilherme Calixto; Costa Brandi, Caru. (2021) Direitos reprodutivos e sexuais em foco: Experiências de boycetas em atendimento ginecológico. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 7 (3), 229–245.
- Weber, Max. (2001). A “objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In **Metodologia das Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez, 2001.